

5 Lugar nenhum

Monteiro Lobato morreu na madrugada do dia 5 de julho de 1948, um domingo. No dia seguinte, o jornal *Folha da Noite* de São Paulo publicou sua “deradeira conversa” com o repórter da Rádio Record, Murilo Antunes Alves, “segundo notas taquigráficas traduzidas fielmente”. Leitores e fãs que acudiram aos jornais em busca de suas últimas palavras, não ouviram a voz pausada e arfante de sua gravação radiofônica¹, mas puderam ler uma conversa informal sobre assuntos tão corriqueiros e díspares quanto o petróleo, a pamonha, o içá, o presidente Dutra e, é claro, seus livros infantis. Ao menos o repórter tentou perguntar-lhe sobre esses últimos...

MURILO – [...] Poderia o senhor dizer como surgiram as suas principais personagens, principalmente as de suas obras infantis?

LOBATO – Essa pergunta é muito difícil de ser respondida, porque eu não me lembro mais. Eu me lembro que tem uma Emília, que é muito engraçada, mas não me lembro como é que ela surgiu. De maneira que eu queria que o radialista, radiólogo, o rádio-não-sei-o-quê fizesse uma pergunta menos pessoal, menos próxima. Isso está muito esquisito (CAC, p.344).

No plano literário, o diálogo com o repórter privilegia a figura do escritor infantil, sem mencionar *Urupês*, *Cidades Mortas*, *Idéias de Jeca Tatu* e outros livros do autor. No ano anterior, quando acabara de editar suas *Obras Completas* pela Brasiliense em 30 volumes, Lobato já era mundialmente conhecido por seus livros infantis, com volumes traduzidos para o francês, inglês, espanhol, japonês, alemão, italiano, etc. É do criador do Sítio, portanto, que se desejava saber:

MURILO – [...] de todas as suas obras, qual a que mais lhe agrada, qual a que mais fala perto ao seu coração?

LOBATO – De todas as minhas obras, a que mais me agrada é a que me dá mais dinheiro, a que me dá maior lucro. Revendo as minhas contas eu vejo que é “Narizinho Arrebitado”, porque já vendi uma série de edições de “Narizinho”, mais de 100.000 exemplares. Portanto, esta é a querida do meu coração. Se eu dissesse qualquer outra coisa diferente, seria mentira ou hipocrisia (CAC, p.348).

¹ Disponível na íntegra em: (Parte I) <<http://youtu.be/KD9LdEbv1I>>; (Parte II) <http://youtu.be/yqJhKab_RJw>; (Parte III) <<http://youtu.be/JXkU dCdQrrU>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Ciente do frágil estado de saúde de seu interlocutor, o repórter guardou para o fim uma pergunta que pode muito bem ter soado funesta aos leitores da *Folha da Noite* naquela segunda-feira: “se lhe fosse dado viver de novo a sua vida, gostaria de ter vivido como viveu, teria, por exemplo, sido escritor”? (*idem*, p.349) Lobato pondera um instante. Diz francamente não saber se voltaria a essa posição, exceto talvez pelo grande interesse que as crianças revelaram por sua obra. Menciona o grande número de cartas de crianças que recebia todos os dias e se considera um multipremiado.

De maneira que eu acho que queria isso: viver de novo a minha vida, a vida que eu vivi escrevendo coisas mais variadas, de mais interesse para as crianças e mais, porque as crianças me condenam uma coisa: que eu escrevi pouco para elas; poderia ter escrito muito mais. E eu creio que sim. Eu perdi o tempo escrevendo para gente grande, que é uma coisa que não vale a pena (*idem*).

Após sua prisão pelo governo Vargas em 1941 e a morte dos filhos Guilherme (1939) e Edgar (1942), Lobato vivia afastado da vida pública em seu apartamento em São Paulo. O tom sarcástico e bem humorado da última entrevista repete a ironia característica com a qual buscava estabelecer uma distância relativamente aos seus próprios feitos, e insinua uma desilusão em relação às grandes lutas que definiram sua trajetória como intelectual público nas décadas anteriores, (a siderurgia nacional, a livre exploração do petróleo, as campanhas higienistas e sanitaristas), e uma perspectiva cética no modo de encarar a vida. Instigado a dizer o que pensava dos que não acreditavam no futuro da Pátria, o entrevistado admite só fazê-lo *pro forma*: “cá entre nós, ninguém nos ouça, também não acredito em mais nada. E tenho verificado o seguinte: que só os homens que chegam a esta filosofia é que são felizes” (*idem*, p.345). No que diz respeito a seus livros infantis, ironia sim, mas ceticismo? Desilusão?

Ao tratar seus livros infantis como um mero empreendimento comercial bem sucedido, Lobato responde como o editor e o homem de negócios. Repete para o gênero específico o mesmo posicionamento à meia distância que exibia para a literatura em geral. “O livro é um artigo, uma mercadoria como outra qualquer”. – diz ele na mesma entrevista – “Não há diferença entre um livro e um artigo de alimentação. (...) Se o livro não se vende é porque ele não presta” (CAC,

p.347). A definição lembra a famosa circular com a qual Lobato revolucionou o sistema de venda e distribuição de livros no Brasil, por volta de 1918.

Vossa senhoria tem seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro, que vender também uma coisa chamada “livros”? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de artigo comercial como qualquer outro: batata, querosene, ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a esta escolher. O conteúdo não interessa a V.S., e sim ao seu cliente, o qual dele tomará conhecimento através das explicações nos nossos catálogos, prefácios, etc. E como V.S. receberá este artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender tais “livros”, terá uma comissão de 30 p.c.; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa. (LOBATO *apud* HALLEWELL, 2005, p.320).

Desde sua reprodução na biografia escrita por Edgar Cavalheiro, em tom mais formal e ligeiramente diferente da recordação feita pelo próprio Lobato para o número da revista *Leitura* de setembro de 1943 (cf. *idem*), a citação vulgarizou-se como modo de explicar o grande êxito editorial e comercial do escritor. Todavia, à reificação do objeto-livro não corresponde uma reificação da literatura, nos moldes do capitalismo editorial de hoje. Lobato opera um conceito *profano* de atividade literária, que restitui ao uso (e submete ao crivo da utilidade) aquilo que a cultura das academias e dos bacharéis erigiu como sagrado. A metáfora alimentar não implica uma relativização extrema do gosto literário “ao sabor do freguês”. Para ele o livro é sim um alimento como outro qualquer, desde que fortifique e não cause indigestão.

À medida que se enveredou pelo ramo editorial, ainda na década de 1920, Lobato reforçou em si mesmo essa disposição de caracterizar como “literatura” todo o supérfluo e o ornamento da escrita, um procedimento pessoal bastante arraigado e na verdade mais antigo, que o observamos partilhar com Rangel desde suas primeiras correspondências, quando ainda estava terminando a Faculdade de Direito de São Paulo, por volta de 1904. À época, trocava além de cartas, textos e páginas de diários em que debatia com o amigo a necessidade do amadurecimento de um estilo próprio e opunha uma arte conectada à vida à empolgação retórica dos oradores, bem ao sabor das primeiras leituras de Nietzsche e Spencer. Nos anos seguintes, posteriormente à consagração de *Urupês*, ao seu progressivo envolvimento com a gestão comercial da *Revista do Brasil* e da Monteiro Lobato & Cia,

as cartas a Rangel exibem um retraimento das altas aspirações literárias e a dilatação de uma postura pragmática em relação às veleidades estéticas. Ao revisar seus livros para publicação na Argentina, quatro anos antes, Lobato escrevia a Rangel: “O último submetido a tratamento foram as *Fábulas*. Como achei pedante e requintado! Dele raspei quase um quilo de ‘literatura’ e mesmo assim ficou alguma” (BC2, 01.02.1943, p.340). Note-se que o prefácio autoral à *BC*, publicado pela primeira vez em 1944, exhibe uma definição diferente, que se afasta daquela literatura-palha, leve e oca, e postula um conteúdo forte à atividade literária.

O gênero “carta” não é literatura, é algo à margem. Por que a literatura é uma atitude – é a nossa atitude diante desse monstro chamado Público, para o qual o respeito humano nos manda mentir com elegância, arte, pronomes no lugar e sem um só verbo que discorde do sujeito. O próprio gênero “memórias” é uma atitude: o memorando pinta-se ali como quer ser visto pelos pósteros – até Rousseau fez assim – até Casanova. Mas cartas não... Carta é conversa com um amigo, é um duo – e é nos duos que está o mínimo da mentira humana (BC1, p.17)

Contra qualquer ingenuidade em tomá-lo como fiador de si mesmo, Lobato alerta ao leitor sobre o “mínimo de mentira” que as cartas contêm; um coeficiente que as aproxima, tanto quanto distingue, dos outros dois gêneros. O autor sabe que a escrita literária, como a das cartas, demanda uma atitude para com o seu destinatário, e também um modo de mentir-se, que separa o autor-indivíduo da(s) voz(es) que soa(m) nas linhas do texto. Esta passagem sintetiza todo um programa e seria interessante voltar a ela sempre que possível para mostrar a convergência entre os vários sentidos da escrita para Monteiro Lobato. Por hora, voltemos ao último desejo do escritor, que lamentava ter escrito mais para os adultos do que para as crianças.

A esta altura é patente que o motivo do lamento não se resume a razões comerciais, desfazendo aquela meia-distância, e reaproximando sua literatura infantil do tipo de atitude que postulava para a literatura em geral. Ainda assim, qual seria a especificidade dessa “atitude diante desse monstro” chamado “criança”? O que significava, para Lobato, escrever livros infantis? Tratava-se de um tipo específico de literatura, afinal? Em que seria diferente da literatura feita “para adultos”?

Cavalheiro sustentava que as experiências de Lobato no gênero teriam se dado ao sabor do acaso e da oportunidade, movidas por um prazer diletante. De

início, ele teria buscado atender ao mercado escolar de livros para crianças, limitando-se aos parâmetros dessas publicações, mas logo percebeu que isto lhe desagradava. A afirmação não é de todo infundada, entretanto, Cavaleiro se exprime de um modo ambivalente² e parece sugerir um divórcio prematuro entre Lobato e o mercado de livros escolares. O que se depreende da biografia é que após *MNA*, Lobato teria abandonado essa estratégia de publicação. As histórias subsequentes corresponderiam então a uma espécie de “ajuste de curso” pelo qual Lobato mantinha-se fiel à sua disposição inicial em divertir-se³.

Nelas, o gosto pelo apólogo, e a intenção educativa ainda não se imiscuem no desenvolvimento das aventuras. (...) nas primeiras “reinações”, as coisas nascem da realidade por absurdo, simplesmente. Postas de lado as leis da natureza e as do senso vulgar, as histórias se desenvolvem da maneira como a criança vê o mundo e a vida: personalizando as coisas, confundindo-lhes as propriedades e os atributos, entrevando-as com a sua lógica e o seu critério. Não se pode, com segurança, afirmar o mesmo das obras posteriores. Instintivamente, a vocação pedagógica, o dom de proselitista, de reformador, se infiltra aqui e ali (CAVALHEIRO, 1955, p.176)

Contraditoriamente, o abandono do “gênero escolar” coincide com a emergência de um tom mais professoral nas obras posteriores. Acontece que não é imediatamente após *MNA* que o editor abandona o mercado de “livros de leitura” para as escolas primárias. *FN* (1921), a primeira edição de *SC* (1922), de *CO* (1924) e de *HS* (1927), também tinham como alvo certo o público escolar⁴. Se Lobato continuou a submeter suas obras da década seguinte às avaliações que recomendavam os livros para consumo nas escolas é uma questão a se saber. O caso do parecer negativo ligado à Secretaria de Educação de São Paulo parece

² Primeiro diz: “Inicialmente [Lobato] inclina-se para o aspecto didático, mas percebe logo que o gênero o embarça e lhe tolhe os movimentos. Precisa de toda a liberdade de ação. Faz e refaz ‘Narzinho’ e ‘O Saci’. Altera ‘A Caçada da Onça’ [...]” (CAVALHEIRO, 1955, p.159); em seguida reitera: “[...] o ter dado forma didática aos primeiros racontos [sic], mostra que mais do que as crianças, Lobato visava os ‘escolares’. A primeira edição de ‘Narzinho Arrebitado’ trazia o subtítulo: ‘segundo livro de leitura para o uso das escolas primárias’” (*idem*, p.161-162). Apesar de utilizar os termos “gênero” e “forma”, o biógrafo se refere principalmente ao tipo de publicação e não ao estilo do texto. O mal entendido levou Arroyo (1990) a criticar o biógrafo por ter postulado que *A menina do narizinho arrebitado* (1921) partilhava inicialmente das características de estilo dos livros escolares, quando na verdade, o trecho seguinte, citado nesta página da dissertação, exclui justamente essa possibilidade.

³ Confirma essa interpretação a Nota dos Editores que abre o volume conjunto de *VC* e *SC*, explicando a trajetória editorial deste segundo livro, cronologicamente anterior ao primeiro. “Em seguida a essa primeira tentativa escolar – que Lobato abandonou porque o gênero escolar o peava – publicou *O Saci*, e em seguida *A Caçada da Onça*, dois volumezinhos que mais tarde refez e deram os atuais *O Saci* e *Caçadas de Pedrinho*” (*idem*, p.176).

⁴ Cf. dados sobre a trajetória editorial destes livros em LAJOLO, CECCANTINI, et. al., 2008.

indicar que sim. Em todo o caso, é flagrante nos títulos e subtítulos dos livros editados entre 1933 e 1937 o delineamento de um conjunto de obras ajustadas aos programas escolares: *História do Mundo para Crianças*, de 1933, *Emília no País da Gramática*, de 1934, *Aritmética da Emília* e *Geografia de Dona Benta*, ambos de 1935. *Serões de Dona Benta*, 1937, apresenta subtítulo entre parênteses: “**Física e Astronomia**”; e *O Poço do Visconde* idem: “**Geologia para Crianças**”. Sabemos que estes livros constituem um verdadeiro anti-programa, uma espécie de “escola paralela”, através da qual Lobato buscava fazer frente às polêmicas educacionais do seu tempo: a influência da doutrina católica no ensino escolar, a contestação à norma culta como padrão da língua nacional, etc.

Talvez, Lobato estivesse acompanhando o crescimento de seus primeiros leitores. Na década de 1920, praticamente todos os livros infantis do escritor, incluindo todos aqueles que, mais tarde reunidos, iriam compor *Reinações de Narizinho*, circulavam no formato de “livro ilustrado”, pequenos cadernos de 32 páginas, diferentes dos grossos volumes das *OC*. É provável que *PAN* (1930) e *HS* já circulassem por esta época em livros com maior volume de texto, em função de se tratarem de adaptações. Salvo motivos de ordem gráfica e econômica, e a iniciativa de passar a limpo as histórias anteriores, reforçando a continuidade entre elas, por que Lobato abandonou o livro ilustrado? Tradicionalmente, o formato é destinado a crianças e é provável que tenha buscado dirigir-se a uma nova faixa etária. A divisão das matérias, inexistente nas classes primárias, sugere que ele passou a escrever para os alunos do ensino secundário.

Por todos estes indícios, a relação do escritor e editor com o “gênero escolar” parece ser menos de rejeição do que de subversão, e certamente muito mais complexa do que Cavalheiro faz crer, ao insinuar uma falsa dicotomia entre obras “lúdicas” e “didáticas” do autor. A saída da moldura dos currículos escolares, sobretudo a partir de *MN* e *PA*, ambos de 1939, não significa a ausência de uma pedagogia (um de seus últimos livros, *CHT* tem o elogio da evolução na contramão do criacionismo que já se via em *HM*, *VC* e *HI*). Mas *RN* permaneceria sendo o livro supostamente mais fantasioso e mais distante dos engajamentos políticos e ideológicos de Lobato, haja vista ser ele o produto de sua atuação ainda “diletante” no ramo da literatura infantil. Então, é como se houvesse um “ponto de mutação”, a partir do qual Lobato abandonaria o diletantismo, formulando para si uma pedagogia, uma responsabilidade e uma missão.

Vasconcellos (1982) já apontou a impossibilidade de uma distinção rígida entre textos “paradidáticos” e “ficcionais” neste caso. A partir deste ponto de viragem, ela tem razão em observar que há sempre uma dose de realismo no maravilhoso que caracteriza aquelas histórias: cético na demolição dos dogmas religiosos, na oposição da ciência à retórica, na denúncia das mazelas do país e das tradições arcaicas; mas ao mesmo tempo, prenhe de vontade de verdade. Vontade responsável por um coeficiente de didatismo que se manifesta no imperativo da simplificação da linguagem, no desejo de passar à criança-leitora o poder do conhecimento e nela despertar a capacidade de um julgamento independente. Por essa via, todos os livros infantis do escritor se enquadrariam “numa concepção didática *latu-sensu*, visto o caráter engajado da obra: buscam ‘fazer a cabeça’ das crianças, inculcando-lhes valores e concepções” (p.14). Acontece que esta não é exatamente uma singularidade do texto de Lobato. Os livros para crianças que lhe são contemporâneos possuíam um forte caráter pragmático, do qual, em princípio, ele se distanciara com *MNA*.

No extremo final da trajetória de Lobato como escritor infantil, ainda acompanhando o que diz o biógrafo, um misto de descrença e esperança o teria levado a infundir progressivamente em seus livros, as ilusões que se desiludiam no contato com os adultos. É como se aqueles livros fossem amortecendo o desgaste das campanhas do ferro e do petróleo, absorvendo as frustrações do intelectual público, que então passava a projetar na juventude um auditório mais receptivo. “Para os adultos” – diz o biógrafo – “o ‘Picapau Amarelo’ representa uma utopia, ou quando muito, uma lição de humanismo. Para as crianças, porém, trata-se de insofismável realidade” (*idem*, p.174). Cavalheiro lança a tese que o seu dispositivo de verdade faz recuperar adiante, corroborando o argumento na voz do biografado.

Acho – diz Monteiro Lobato – a criatura humana muito mais interessante no período infantil do que depois de idiotamente tornar-se adulta. As crianças acreditam cegamente no que digo: o adulto sorri com incredulidade. [...] Quando o primeiro poço revelou o petróleo no meu poço, o poço Lobato, na Bahia, as crianças bateram palmas alegríssimas. E os adultos? Limitaram-se a ficar com cara de asno e em seguida sabotaram-me. Quando falo às crianças no pó de pirlimpimpim, não há uma só que duvide dessa maravilha. Já o adulto sorri imbecilmente – e tenho de explicar-lhe ao pé do ouvido que “pó de pirlimpimpim” é sinônimo pitoresco do que, sem pitoresco nenhum, eles chamam de imaginação (LOBATO *apud idem*, p.184-185)

Para Cavalheiro, a “utopia” reside unicamente na visão dos leitores e não nos projetos do autor. Entretanto, ecoando Lobato, ele mesmo encaminha um argumento contrário ao demonstrar que o escritor alimentava sua crença na possibilidade de mudar o Brasil, através da literatura infantil. É necessário, neste caso, qualificar melhor o que seja a utopia. Como conceito filosófico, ela representa a correção e integração ideal de uma situação social e política existente. Como gênero literário, se caracteriza pela representação de um mundo alternativo, descrito em suas relações sociais, morais e políticas características. Ela se distingue de outras histórias de mundos fantásticos pela representação de um mundo superior ou por exagerar os aspectos insatisfatórios do mundo real. Em ambos os casos tende a dois significados: o primeiro localiza a utopia no plano do sonho e da fantasia, afastando-a de qualquer crença possível; o segundo admite sua possibilidade de realização futura, projeto que se distancia do real para corrigi-lo (Cf. CUD-DON, 1999, p.958-960; ABBAGNANO, 2007, p.987). Lobato opera conforme esse segundo sentido nos livros que poderíamos mais facilmente considerar como pertencentes ao gênero: *O Poço do Visconde*, *A Reforma da Natureza* e *A Chave do Tamanho*, escritos entre meados das décadas de 1930 e 1940⁵.

⁵ Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1984) e André Luiz Vieira de Campos (1986) se ocuparam desta senda aberta por Cavalheiro. Sobretudo Campos se mantém no percurso delineado pelo biógrafo, ao considerar a utopia como um produto das frustrações de Lobato, enquanto as autoras sugerem uma inversão interessante. Para elas, a utopia seria na verdade um dos fundamentos do cenário do Sítio do Picapau Amarelo, parte do triplo projeto sobre o qual se configuram essas histórias: estético, envolvendo a literatura infantil; pedagógico, envolvendo a formação da criança; e político, envolvendo aspirações para o Brasil. Neste último aspecto, o cenário do Picapau Amarelo seria o modelo de um Brasil-rural ajustado à modernidade industrial, em pleno processo de transição demográfica, que Campos interpreta como a superação do primeiro pelo segundo. Ambos identificam os desvios entre o “mundo real” e o “mundo ideal” criado por Monteiro Lobato, sem indagar como o seu texto visa estabelecer uma relação com o leitor que estimule a correção destes desvios, ponto que mais me interessa. Campos, que se dedica mais à obra adulta do que à obra infantil do escritor, dedica a última parte de seu trabalho à “trilogia da utopia” que acabei de mencionar. Ele percebe, corretamente, que o Sítio constitui, nesses livros, uma metáfora do país. Mas extrapola essa dimensão metafórica para uma análise das relações de poder engendradas pelos personagens do Sítio, considerados como personalidades autônomas; extrai de Foucault a premissa da não equivalência entre as esferas do Estado e do Poder, e com isso atribui a Dona Benta o papel do primeiro, enquanto o segundo encontrar-se-ia disperso entre Emília, Narizinho, Pedrinho, Visconde, Tia Nastácia e companhia. Em suma, é como se o Sítio deixa-se de ser **lugar nenhum**, i.e., representação e metáfora, condição da utopia, para ser **algum lugar** no qual habitam sujeitos de carne e osso, com seus próprios desejos e vontades. Eu o cito: “No livro *A Reforma da Natureza*, a fim de desfazer as reformas que Emília havia inventado, D. Benta teve de usar muitos argumentos para levar a boneca a convencer-se dos erros que havia cometido. Só assim conseguiu que a bonequinha desfizesse as reações. O poder de D. Benta representa uma concepção mais aberta e menos opressiva de autoridade. Um outro detalhe significativo da democracia nesta República é que as decisões – das mais importantes às mais simples – nunca são tomadas por imposição. Sempre se discute e se chega a uma conclusão que, se não for unânime, é pelo menos majoritária. Tanto assim que é comum nas histórias de Lobato a prática das eleições para a tomada de decisões [...]” (CAMPOS, 1986, p. 136-137). O que existe, porém, é um narrador alternando-se em suas várias

Se correta a premissa de Cavaleiro quanto ao diletantismo inicial do escritor, então em algum momento, entre as primeiras experiências de Lobato no gênero infantil no início dos anos 20 e a compilação das *OC* em meados dos anos 40, a imaginação nas histórias do Sítio do Picapau Amarelo uma função. Ela passa a ser o elemento, supostamente abundante nas crianças e escasso nos adultos, que ao provocar a realidade pelo viés do absurdo, permite conectar o que existe ao que ainda-não-existe; o combustível necessário à materialização das ações políticas capazes de transformar o país. Os projetos de Lobato para o país, uma vez formulados no plano do debate político e das questões nacionais, haviam sido banidos para o terreno da fantasia. Ao fim da vida, no último desejo de sua derradeira conversa nos jornais, parecia nutrir a esperança de que, situando-os desta vez no plano da fantasia, pudessem ser contrabandeados de volta para a realidade.

Ele tinha então uma clara percepção daquilo que suas histórias representavam para os seus leitores. Cavaleiro finaliza seu balanço sobre as histórias do Sítio contando a visita do autor a um grupo escolar em Belo Horizonte. Um dos meninos não acredita que aquele que estava ali era mesmo Monteiro Lobato. “Tal era a magia ao redor das histórias infantis que a idéia de um homem em carne e osso, sombrancelhudo e triste como Lobato, ser o autor, e além disso estar ali, ao alcance de todos, não tinha realidade” (CAVALHEIRO, 1955, p.194). Nos últimos anos emocionava-se muito com as demonstrações de afeto das crianças. Onde quer que fundem uma biblioteca infantil ou Grêmio escolar, estampam seu nome, diz o biógrafo. Desta vez, teria dito ao sair aos que o acompanhavam: “Nunca pensei que fosse tão séria a influência do que escrevo. Até agora ia escrevendo... por escrever... mas essa meninada me deu uma lição. Vou pensar muito antes de escrever para crianças daqui por diante” (*idem*). Percebia essa “influência” também nas manifestações que lhe votavam os adultos, pais e mães que tendo lido o autor quando crianças, desejavam transmitir suas histórias aos seus filhos. Assim escreve o autor em resposta ao pedido de uma mãe:

máscaras, personagens ficcionais, e a menos que levemos a sério demais cada um deles como facetas da personalidade do autor, a dinâmica das “relações de força” entre os habitantes do Sítio é, tão somente, um jogo com o leitor. A conseqüente pergunta é: qual o efeito de uma determinada configuração de forças? Há momentos em que D. Benta figura o estabelecido, e a ruptura surge pela boca dos personagens infantis, sobretudo Emília; porém há também momentos em que se forma um consenso sem questionamentos, até mesmo dócil, em torno da sabedoria da avó. Ao que a próxima pergunta seria: como Lobato maneja esse jogo de vozes a fim de exprimir a “lição” de uma história que conta, i.e., como se dá a construção da verdade no texto?

Uma antiga leitora minha, que começou com ‘A Caçada da Onça’ e leu tudo e vai agora passar essas mesmas leituras a um filhinho... haverá nada mais comovente para este amigo das crianças e das mães que perpetuam no mundo o fenômeno “criança”? Pedro Celestino Neto está com 2 meses de idade. É uma postinha de carne cor de rosa ou de jambo onde a inteligência ainda está adormecida como a borboleta dentro do casulo. Mas essa inteligência se desenvolverá e sairá do casulo – e daqui a 8 ou 10 anos irá receber por intermédio desses mesmos livros as mesmíssimas impressões que há 10 ou 12 anos atrás sua mãe, menina, recebeu... Irá conhecer Emília e o Visconde. Irá indignar-se com a famiteza de Rabicó, e regalar-se com os bolinhos e as pipocas de tia Nastácia – tudo igualzinho como sua mãe fez... E anos mais tarde, Pedro Celestino Bisneto irá também ler tudo quando Pedro Celestino Neto leu. E dirá a Pedro Celestino Tataraneto: “Meu pai contava que minha avó escreveu uma carta ao autor destes livros e recebeu a resposta e um retrato com dedicatória a ele, meu pai, então com dois meses de idade apenas... – E que fim levou esse retrato? Perguntará Tataraneto cheio de curiosidade. – Ah! Já não existe. Meu pai, pequenino e reinador, pintou nele uns grandes bigodes, uns óculos, um cavanhaque. Por fim borrou-o todo e rasgou-o. Atendendo seu desejo, Dona Zuleika, tenho o prazer de incluir nesta o retrato pedido para que aos 7 anos Pedro Celestino o enfeite com a bigodeira e o cavanhaque que estão faltando”. (LOBATO *apud idem*, 1955, p. 186)

Escrevendo e editando seus próprios livros infantis a mais de duas décadas, Lobato tinha a perfeita consciência de que o gênero infantil permitia-lhe escrever histórias que atravessavam gerações, marcando seus leitores ainda muito jovens, como neste trecho da carta de uma outra mãe, que escreve só para lhe agradecer.

No meu desespero – diz uma senhora do Rio – diante de tanta coisa que sucede a uma família grande e de poucos recursos, quando não vejo o caminho e o desespero chega ao limite, sabe o que faço? Corro ao sítio de Dona Benta. Transporto-me para lá por uma hora ou duas e saro! Meus desesperos adormecem. Chego a rir. A razão desta carta é esta: Quero agradecer ao senhor o conforto que seus livros me têm proporcionado. Li-o menina para me divertir, e depois de velha uso deles como remédio (*apud CAVALHEIRO*, 1955, p.193).

Lobato ainda experimentou em vida o contato com testemunhos semelhantes àqueles colhidos por Penteado (1997). Este, por sua vez, tinha a convicção de que a mais perfeita metáfora para descrever Monteiro Lobato era compará-lo ao Flautista de Hamelin, aquele que “livrou a cidade alemã das ratazanas que a infestavam e, em seguida, diante da ingratidão e do desprezo dos cidadãos e governantes, seqüestrou-lhes o futuro, atraindo as crianças com sua flauta mágica” (p.351). Tudo indica que estava certo.